

O MAPA DA RETRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

Gilmar Mendes Lourenço

A queda de 2,7% da produção industrial brasileira, observada no primeiro quadrimestre de 2019, em relação a igual período de 2018, estimada por pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não representa fenômeno localizado setorial ou espacialmente.

O colapso mostrou-se generalizado e reproduz elementos sensitivos, expressos na nova onda de quebra de confiança dos agentes, por conta da multiplicação dos desarranjos do ambiente político e ausência de percepção acerca da existência de orientação macroeconômica consistente.

Ressaltam igualmente causas objetivas, sintetizadas na depressão da demanda doméstica, imputada aos elevados patamares de desemprego e subemprego e endividamento privado e público, e agravada pelas evidências de desaceleração do crescimento da economia global.

De fato, trata-se do retorno dos sinais de desindustrialização, bastante comuns por essas paragens desde a segunda metade dos anos 1990, ocasionados pelo abandono oficial do emprego de instrumentos capazes de garantir a operação do setor manufatureiro do país em fase com as profundas alterações de paradigma, implantadas em escala mundial, e da desistência de priorização do tripé formado por educação, inovação e produtividade. Tanto é assim que a participação da indústria de transformação na composição do produto interno bruto (PIB) nacional caiu de 17,4%, em 2005, para 11,3%, em 2018.

De acordo com aquela instituição, o decréscimo dos níveis de atividade, entre janeiro e abril de 2019, atingiu as quatro categorias de uso acompanhadas, especificamente bens de capital (-3,1%), intermediários (-3,1%), consumo duráveis (-2,2%) e não duráveis e semiduráveis (1,3%).

A abordagem regional permite identificar recuo disseminado dos patamares de produção.

Já a abordagem regional permite identificar recuo disseminado dos patamares de produção, atingindo dez dos quatorze estados objeto da investigação. Os decréscimos mais acentuados foram amargados pelos parques fabris do Espírito Santo (-10,3%) e Pará (-7,8%). No primeiro caso, a performance negativa esteve associada às contrações constatadas em petróleo, minério de ferro e papel e celulose, e, no segundo, houve influência direta da fragilização do complexo de mineração, devido às fortes restrições ambientais impostas depois do episódio de rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais.

Também foram apuradas apreciáveis reduções em Mato Grosso (-4,8%), Minas Gerais (-4,8%), Rio de Janeiro (-3,2%), Amazonas (-3,0%), Bahia (-2,9%), e São Paulo (-2,6%). O desempenho desfavorável de Mato Grosso foi ocasionado essencialmente por química, madeira, minerais não metálicos e alimentos, e o de Minas Gerais por extração mineral (efeitos da tragédia provocada pela companhia Vale, em Brumadinho), química, fumo, têxtil e alimentos.

O retrocesso do Rio de Janeiro abarcou nove dos quatorze segmentos observados, com ênfase para material de transporte, metalurgia, farmacêutico e petróleo, e o do Amazonas foi determinado por impressão e reprodução de gravações, e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, produtos de borracha e de material plástico, e máquinas e equipamentos, traduzindo essencialmente o encolhimento do consumo de bens duráveis, carro chefe da matriz industrial da Zona Franca.

Na Bahia, nove de doze ramos diminuíram o volume de produção, com mais intensidade em química, celulose e papel, automóveis, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos e petróleo. No interior do complexo industrial paulista, doze das dezoito atividades acusaram declínio de quantidade produzida, em especial as cadeias automobilística, alimentar e papel e celulose.

As exceções à regra da marcha cadente couberam à Região Sul - reduzido do agronegócio mais competitivo da nação, cada vez mais inserido no front externo e menos suscetível às injunções governamentais - e ao estado do Ceará.

No Sul, emerge o comportamento substancialmente elevado dos parques paranaense e gaúcho, ambos experimentando incremento de 6,2%, ancorado em veículos automotores, reboques e carrocerias e produtos de metal, no Rio Grande do Sul, e produtos alimentícios, material de transporte, máquinas e equipamentos (notadamente para colheita da safra), e produtos de metal e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, no Paraná.

A evolução de Santa Catarina foi de 3,0%, amparada no bloco metalmecânico (máquinas e equipamentos, materiais elétricos e produtos de metal), minerais não metálicos e complexo madeireiro-papeleiro. O avanço de 1,8% do Ceará esteve concentrado em metalurgia e produtos de metal, bebidas e máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Como se vê, delinea-se uma tendência declinante para a atividade industrial do país, em razão do encurtamento da demanda doméstica e externa e das incertezas maximizadas pelas perturbações políticas, apanhando praticamente todos os segmentos e a maioria das instâncias federadas. As situações regionais consideradas virtuosas caracterizam-se pontuais, apoiadas, em grande parte, no vigor do agronegócio, e podem desaparecer se os embaraços macroeconômicos persistirem.